

FICHA SÍNTESE DE CURSO

DESIGNAÇÃO DO CURSO	A Participação Pública na Área do Ambiente Em especial a Convenção de Aarhus
ÁREA ESTRATÉGICA	Cidadania e Participação
ÁREA TEMÁTICA	Participação
DURAÇÃO	7 horas
DESTINATÁRIOS/ CONDIÇÕES DE ACESSO	<p>Dirigentes e Trabalhadores da carreira geral de técnico superior que exerçam funções em organismos públicos na área do ambiente.</p> <p>Será dada prioridade aos trabalhadores enquadrados nos seguintes órgãos ou serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inspeção-Geral da Agricultura do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Secretária-geral do Ministério do Ambiente - POSEUR - Direção-Geral do Território - Gabinete para a Mobilidade Elétrica em Portugal - Direção-Geral de Energia e Geologia - Agência Portuguesa do Ambiente - Laboratório Nacional de Energia e Geologia - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - Águas de Portugal - Entidade Nacional para o Setor Energético - Metro de Lisboa - Metro do Porto - Transtejo - EDM - Parques de Sintra - Florestgal - CCDR – Norte - CCDR – Centro - CCDR – LVT - CCDR – Alentejo - CCDR – Algarve - ADENE
REGIME DE FORMAÇÃO	<i>E-Learning</i>

OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver competências ao nível da aplicação da Convenção de Aarhus, com especial enfoque na exploração do Portal Participa.pt e respetivas funcionalidades, ferramenta da consulta pública da área do ambiente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o papel da Constituição da República portuguesa no âmbito do direito à proteção do ambiente
- Conhecer o regime legal de acesso à informação administrativa e ambiental (Lei n.º 26/2016, de 22 agosto, na sua redação atual)
- Analisar a Convenção de Aarhus pela sua importância atual no que respeita ao acesso à informação, à participação do público nos processos de tomada de decisão e ao acesso à justiça, em matéria de ambiente
- Compreender o contributo da Lei de Bases do Clima
- Compreender a importância de integrar a participação ativa das pessoas, nos processos de tomada de decisão em matéria de ambiente;
- Explorar as funcionalidades da ferramenta de promoção da participação em consultas públicas – *Portal Participa.pt*

PROGRAMA DO CURSO

1. Enquadramento jurídico nacional
2. Acesso à justiça em matéria de ambiente na prática
3. A participação pública nos processos decisórios, colaborativos e participativos
4. Instrumentos e mecanismos de Participação Pública em Portugal Enquadramento jurídico internacional: em especial, a Convenção de Aarhus
5. O *Portal Participa.pt* enquanto plataforma de Participação Pública eletrónica